



Sessão Temática ST3: Políticas públicas, dinâmicas demográficas e planejamento urbano e regional

ANÁLISE DO PRONAF NO MUNICÍPIO DE PANAMBI (RS): a construção da política pública e o papel das instituições mediadoras

ANÁLISIS DEL PRONAF EN EL MUNICIPIO DE PANAMBI (RS): la construcción de políticas públicas y el papel de las instituciones mediadoras

PRONAF ANALYSIS IN THE MUNICIPALITY OF PANAMBI (RS): the construction of public policy and the role of mediator institutions

Indaia Dias Lopes¹, Airton Adelar Mueller², Juliana da Fonseca Capssa L. Sausen³

¹ Consultora em Pesquisa e Sócia-proprietária na empresa Pesquisa Quali-Quant. Doutora em História pelo PPGH/UPF.

² Professor e pesquisador nos Programas de Desenvolvimento Regional (PPGDR) e Educação nas Ciências (PPGEC) na Unijuí. Doutor em Sociologia pela Freie Universität Berlin, Alemanha.

³ Gestora de Inovação e Tecnologia do Programa Startup Lab/Região Noroeste e Missões na Criatec da Unijuí (Bolsista Fapergs). Doutora em Desenvolvimento Regional pelo PPGDR/Unijuí.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Agricultura familiar. Sindicato Rural. Emater.

Palabras clave: Políticas públicas. Agricultura familiar. Unión Rural. Emater.

Keywords: Public policy. Family farming. Rural Union. Emater.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar se constitui em um segmento complexo, que contempla distintas realidades econômicas, sociais e produtivas, as quais refletem na maneira como esta categoria social se organiza e desenvolve suas atividades no meio rural. Os agricultores familiares possuem diferentes características, muitas associadas às diferentes regiões brasileiras. Neste estudo, considera-se a agricultura familiar a partir de Schneider (2016), que a define como um segmento onde trabalho e família estão interligados e que desenvolve suas atividades produtivas em um pequeno pedaço de terra, de onde provém seu sustento e de sua família, e o excedente é comercializado. Ela está inserida em diferentes mercados e produz culturas convencionais que são contempladas pelas políticas públicas. Assim, além de demandar a presença do estado, também utiliza tecnologia para desenvolver suas atividades.

Durante muito tempo os agricultores familiares enfrentaram muitas dificuldades para obter financiamento para sua produção (Carvalho; Almeida; Silva, 2022). No que se refere ao apoio do estado para esse segmento, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi a primeira política pública criada em nível nacional e surgiu como resposta às lutas e reivindicações dos movimentos sociais e de organizações de agricultores familiares, completando 28 anos de funcionamento no ano de 2024. Possui um *modus operandi*



consolidado e um arranjo institucional constituído, que envolve diferentes instituições e depende da articulação e do envolvimento de distintos atores sociais para que contribua efetivamente para a reprodução social dos agricultores familiares (Lopes, 2022).

No decorrer de sua trajetória, o Pronaf passou muitas mudanças nas suas normas e, também, relacionadas aos diferentes governos. Conforme Conterato e Bráz (2019), o avanço do Pronaf nos últimos 20 anos deve ser analisado com cautela, posto que, mesmo oportunizando a muitos agricultores familiares o acesso a uma linha de crédito que não tinham acesso, o Programa vem privilegiando um perfil de agricultor familiar que se distancia do que era reivindicado pelos movimentos representativos da agricultura familiar antes de sua criação.

A principal problemática que permeia este estudo refere-se ao aumento das desigualdades sociais da agricultura local, identificadas em algumas regiões brasileiras, com a alocação dos recursos do Pronaf voltados principalmente às cadeias produtivas de *commodities* agrícolas e para agricultores familiares mais capitalizados. O Pronaf é operacionalizado em praticamente todos os municípios brasileiros, os quais possuem características distintas e especificidades locais. E é no nível local que pode-se perceber as especificidades na construção e execução do Programa e onde ocorre o envolvimento de diferentes atores sociais. Neste contexto, este trabalho tem como objetivo analisar a construção do Pronaf no município de Panambi (Rio Grande do Sul – RS), identificando o papel dos diferentes mediadores do Programa no âmbito local, no período de 1995 a 2020.

O município de Panambi integra a microrregião de Ijuí e possui uma agricultura predominantemente familiar, com pequenas propriedades, com características modernas e expressiva organização desses agricultores, seja em cooperativas ou em associações, assim, justifica-se a escolha desse *locus* de pesquisa.

METODOLOGIA

Quanto ao delineamento, este estudo foi realizado por meio de pesquisa de campo e pesquisa bibliográfica. Em relação à abordagem dos dados, trata-se de uma pesquisa qualitativa (Gil, 2016), que buscou conteúdos explicativos especialmente em entrevistas, ainda que se utilizando de revisão bibliográfica para subsidiar qualitativamente a análise.

Neste trabalho, a partir dos procedimentos e técnicas da História de expressão oral, foram produzidas as fontes orais. A História Oral consiste em uma metodologia de pesquisa onde realizam-se entrevistas com sujeitos que participaram ou participam de acontecimentos no passado ou no presente (Alberti, 2008). Para o desenvolvimento deste estudo foram realizadas entrevistas¹ com sujeitos que possuíam e/ou possuem atuação com o Pronaf na região de análise da pesquisa. Foram entrevistados: um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (E1), dois extensionistas rurais da Emater (E2, E3), três representantes de instituições financeiras (E4, E5, E6) e dois representantes de cooperativas locais (E7, E8). A análise dos dados foi realizada pela técnica de Análise de Conteúdo, utilizando-se da técnica de Análise Categorical (Bardin, 2016).



O PRONAF EM PANAMBI: construção da política pública e o papel das instituições mediadoras

O Pronaf foi criado em um contexto nacional de intensas mobilizações e reivindicações dos movimentos representativos da agricultura familiar. Em Panambi, mesmo antes da criação do Pronaf, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais já estava envolvido em vários movimentos de agricultores familiares da região, cujo objetivo era pressionar o estado para atender as demandas desse segmento. Conforme o relato do representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Panambi (E1ⁱⁱ), em relação as reivindicações dos agricultores locais por uma política de crédito rural, ele explica que:

Nós fizemos o nosso Grito Alerta, depois tivemos o Congresso Nacional. Nós fizemos vários movimentos antes disso, pedindo uma diferença entre os juros dos investimentos. Para isso, nós fizemos os movimentos, nossos projetos, nossas propostas e levamos isso até Brasília. Eu estive lá junto ao Ministro da agricultura. Nós pressionamos o governo de fazer uma diferença da agricultura familiar. Na verdade, isso já iniciou desde antes da Constituição de 1988, nós já trabalhávamos nesse sentido, mas em 1988 não conseguimos pôr em prática, mas aí em 1994/1995 nós conseguimos implantar, nós pressionamos o governo para separar o grande do pequeno, que é a agricultura familiar e o empregador rural (E1, Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Panambi, 2021).

Um exemplo das iniciativas que tiveram a participação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Panambi foi o Grito Alerta, citado pelo entrevistado E1. Trata-se de um movimento que é realizado desde a década de 1980 pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região de Ijuí, Cruz Alta, Santo Ângelo e Santa Rosa e que conta com a participação de outros municípios. Em 1995, essa mobilização ocorreu no município de Ijuí, contou com a participação de aproximadamente 10 mil agricultores de 656 municípios que traziam várias exigências, entre elas, a definição de uma política agrícola de longo prazo para este segmento.

Essas mobilizações que ocorriam em âmbito local/regional estavam inseridas em um contexto maior de mobilizações, onde os movimentos representativos da agricultura familiar vinham adotando uma postura propositiva e reivindicavam, entre outras questões, uma política de crédito diferenciada.

Desde a criação do Pronaf duas instituições mediadoras tiveram importante atuação em nível local: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Panambi e a Emater municipal. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais tem forte presença no municípioⁱⁱⁱ e, no tocante ao Pronaf, participou de todas as etapas de construção da política pública, atuando na divulgação, promoção e intermediação com as instituições financeiras. A Emater atuou principalmente na divulgação do Programa junto aos agricultores familiares, com a organização de reuniões, eventos e treinamentos. Conforme o depoimento do funcionário aposentado (E2^{iv}) dessa instituição, que estava atuando no período inicial do Pronaf, buscava-se passar a ideia de que essa política pública traria benefícios para as famílias rurais e, também, passar confiança para os agricultores familiares, visto que era uma política pública de crédito nova e havia incerteza quanto à sua continuidade.



Nos primeiros anos de funcionamento do Pronaf, a adesão a essa modalidade de crédito no município foi de um perfil de agricultor familiar com histórico de relacionamento com as instituições financeiras. Sobre essa questão, o funcionário aposentado da Emater entrevistado (E2) evidencia que:

Primeiro, eram aqueles que tinham uma maior integração com os bancos, cooperativas e que tinham um papel de disseminadores da política pública. A adesão inicial era de muita desconfiança que as regras poderiam mudar por parte dos bancos e muitos não queriam ficar presos ao banco (E2, funcionário aposentado da Emater, 2020).

Essa lógica também seguiu em outros municípios brasileiros, onde nos anos iniciais os principais agricultores familiares que acessaram os créditos pelo Pronaf foram os que já estavam mais integrados às instituições financeiras. Há que se ressaltar que, na fase inicial do Programa, as taxas de juros eram altas, em torno de 12% ao ano, e houve pouco acesso devido a falta de conhecimento dos agricultores sobre a política pública (Gazolla; Schneider, 2013).

O entrevistado E2 destaca que esses agricultores que aderiam a essa linha de crédito tinham o papel de promotores da política pública, ou seja, ao recorrer aos recursos do Pronaf, divulgavam o Programa, atraindo mais agricultores para a utilização desse financiamento. Esse perfil possibilitava resultados mais imediatos, o que para os técnicos da Emater era visto de forma positiva, e para as instituições financeiras também, pois além de estarem mais familiarizados com as questões burocráticas, representavam um público com menor probabilidade de inadimplência.

As entrevistas realizadas indicam que os mediadores do Pronaf no âmbito municipal (Emater, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e instituições financeiras) buscaram atuar em forma de parcerias, com estratégias para atrair os agricultores familiares com potencial de aderir a esse Programa:

Logo quando saiu, quando nós conseguimos ali em 1994, 1995, daí houve a ordem do Banco Central e a gente divulgou isso muito na imprensa, a gente fez visitas nos bancos. Eu, como Presidente do Sindicato, me envolvi muito fortemente, aí a gente foi procurar os bancos para a aplicação disso aí, para colocar em prática. Foi muito bem aceito pelos pequenos produtores da agricultura familiar, não tanto por parte dos bancos, isso foi uma vitória, uma conquista muito grande (E1, Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Panambi, 2021).

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Panambi tem uma atuação bastante participativa junto aos agricultores familiares locais em toda a trajetória do Pronaf, evidenciando em seu discurso a importância dessa política pública para esse segmento no município. O entrevistado ressalta que o Pronaf foi uma conquista e demonstra sentir-se integrante dos movimentos que buscaram e reivindicaram o apoio do estado por meio de crédito rural para os agricultores familiares.

Segundo Grisa (2017), em sua configuração inicial, o Pronaf favoreceu agricultores familiares “em transição”, ou seja, os grupos de agricultores familiares que não eram “consolidados”, mas que apresentavam condições de acesso a inovações tecnológicas e de acesso aos mercados. Para a autora, o Pronaf crédito era concebido como um instrumento capaz de estimular para o mercado os agricultores familiares detentores de condições de produção.



Em estudo realizado em 1994 pela FAO/INCRA (que classificou a agricultura familiar em três tipologias: consolidada, em transição e periférica), as principais demandas das representações dos agricultores familiares e as propostas do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater) criaram com o Pronaf uma espécie de modelo de agricultor familiar, que produzia para as principais cadeias da agricultura brasileira, utilizava insumos externos, mecanização, mas se encaixava nos requisitos elaborados para essa política pública. Esse era o perfil de agricultor familiar do Sul do Brasil (Sabourin, 2017) e foi também mencionado pelos entrevistados em Panambi como o público que inicialmente aderiu ao Pronaf no município e que os mediadores locais do Pronaf buscaram integrar ao Programa.

No município de Panambi, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o escritório da Emater municipal são os responsáveis pela emissão e renovação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). O Sindicato dos Trabalhadores Rurais faz a emissão e renovação de DAP e atua como promotor da política pública; já a Emater, emite e renova a DAP, elabora os Projetos Técnicos de Financiamento para os agricultores encaminharem o financiamento nas instituições financeiras e acompanha a execução do projeto nas propriedades dos agricultores.

A DAP é um importante documento para os agricultores familiares, pois além de oportunizar o acesso ao Pronaf, permite o acesso a várias outras políticas públicas e benefícios para esse segmento. Pelas entrevistas, se identificou que há várias tentativas de agricultores que não cumprem os requisitos para obtenção da DAP de tentar infringir as normas, ocultando informações, principalmente, sobre a renda para conseguir essa declaração. Essas tentativas têm sido mais evidentes ainda com o aumento do preço da soja nos últimos anos, que contribuiu para a elevação da renda de muitos agricultores familiares, que conseguiram se capitalizar, ultrapassando a renda máxima para acesso ao Pronaf.

Assim, o papel dos agentes emissores de DAP torna-se ainda mais importante, pois se o órgão fornecer uma declaração em desconformidade com os requisitos previstos na legislação ou privilegiar um agricultor que não se enquadre nas exigências, a instituição pode ser descredenciada dessa função. A prerrogativa de emissão das DAPs ser somente dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e das Ematers ocorreu somente em 1996, na edição do Grito da Terra Brasil desse ano e evidenciava a disputa existente com as organizações patronais. Essa restrição dos sindicatos patronais emitirem DAP tinha como objetivo evitar que essas organizações se apropriassem da mediação de uma conquista que foi do sindicalismo e do segmento da agricultura familiar (Picolotto, 2011).

Em relação aos Projetos Técnicos de Financiamento para solicitar recursos do Pronaf, os mesmos são elaborados pela Emater nesse município, alguns são realizados por escritórios privados e habilitados para este tipo de serviço e, também, as cooperativas fazem este papel, com destaque para a Cotripal Cooperativa Agropecuária (Cotripal). Por essa razão, tornou-se difícil estimar quantos Projetos Técnicos de Financiamento para obtenção de recursos do Pronaf são encaminhados anualmente.

É preciso enfatizar que a Cotripal é uma instituição que tem importante e estratégico papel na trajetória do Pronaf nesse município. Ela é a principal cooperativa, não só do município, mas atuando em 12 municípios da região noroeste do RS e possuindo mais de quatro mil associados,



dos quais um número significativo são agricultores familiares. Por intermédio dessa cooperativa são realizados diversos contratos do Pronaf. A cooperativa tem seus técnicos e engenheiros agrônomos que elaboram os projetos técnicos para os agricultores, dispensando, nesse caso, a intermediação da Emater, por exemplo, e a própria cooperativa encaminha esses projetos para as instituições financeiras.

No caso do Sicredi, conforme relato de entrevista realizada com um funcionário dessa instituição (E4^v) que é responsável pelas operações do Pronaf do município de Panambi, são recebidos muitos projetos de financiamento por intermédio da Cotripal:

Os contratos que vêm de Panambi, vêm via Cotripal, em sua maioria. Alguns são de técnicos autônomos, poucos da Emater, mas grande parte é através da Cotripal. O agricultor vai à agência do Sicredi, mas tem essa parceria com a cooperativa no sentido da elaboração de projetos técnicos (E4, funcionário do Sicredi, 2020).

Em Panambi, as principais instituições financeiras operadoras do Pronaf e mencionadas nas entrevistas são: o Banco do Brasil e o Sicredi, mas alguns entrevistados também mencionaram o Banrisul. A Cresol, importante cooperativa de crédito voltada à agricultura familiar, até o ano de 2020 não possuía uma sede em Panambi. O Banco do Brasil foi a principal instituição financeira a operar o Pronaf no município de Panambi desde a criação do Programa, porém, no decorrer dos anos, foi aumentando a participação de outras instituições, principalmente do Sicredi.

Em vários municípios brasileiros, o Banco do Brasil utiliza o sistema de Correspondente bancário (Coban), que funciona como um intermediador. No caso do Pronaf, esse sistema é utilizado nas instalações das instituições autorizadas pelo banco (sejam elas Sindicatos de Trabalhadores Rurais, as Ematers ou cooperativas de agricultores), com um funcionário da referida instituição habilitado a operar o sistema. Tanto o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Panambi, quanto a Cotripal, operaram com o sistema de Coban por alguns períodos.

No caso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, para operar o Coban era necessário ter um técnico e isso gerava um custo alto para o sindicato, que não conseguiu manter esse sistema. Conforme se identificou nas entrevistas, a Cotripal presta assistência técnica gratuita para os agricultores familiares associados, o que torna inviável para o sindicato manter um técnico e operar o Coban. Dessa forma, a opção do sindicato foi deixar de utilizar esse sistema.

A Cotripal também utilizou por muitos anos o Coban, que, por opção do agente financeiro (banco), não está mais funcionando na cooperativa, mas há alguns segmentos na cooperativa que têm interesse em retomar a utilização desse sistema. Por um lado, a adesão a esse sistema no interior das instituições tende a reduzir as etapas da operacionalização do Pronaf para o agricultor familiar, que não precisa se dirigir ao banco para solicitar os recursos da linha de crédito.

O representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (E1) relatou que realiza o controle das DAPs ativas e segue à risca os procedimentos exigidos pelos órgãos competentes. Foi possível identificar que há muitas tentativas de agricultores terem acesso à DAP ocultando informações e mesmo não cumprindo os requisitos exigidos pela legislação. O entrevistado E1 reforçou que



o papel do Sindicato dos Trabalhadores Rurais é fazer cumprir os preceitos legais, evitando assim o descredenciamento da instituição.

Outra questão importante refere-se à inadimplência no Pronaf. Os entrevistados das instituições bancárias pesquisadas (E4, E5 e E6) relataram não ter autorização para apresentar o índice exato de inadimplência nessa linha de crédito, mas afirmaram que no estado do RS esse indicador é muito reduzido. No caso do Banco do Brasil, para o RS a inadimplência do Pronaf fica na faixa de 1% e no município de Panambi essa taxa pode ser ainda menor. Os agentes bancários mencionam um conjunto de fatores que contribuem para esses resultados na região, tais como: os agricultores familiares da região Sul têm histórico de bom relacionamento com as instituições financeiras; o Pronaf é um crédito subsidiado; e o trabalho desempenhado pelas empresas de assistência técnica (mediadores) também contribui para esses bons resultados.

Em relação à inadimplência no município, identificou-se que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais realiza um importante trabalho de orientação e acompanhamento junto aos agricultores familiares, de forma que eles utilizem os recursos do Pronaf de maneira consciente, para não se endividar e enfrentar dificuldades.

Em todo o discurso do entrevistado E1 observa-se um sentimento de pertencimento aos movimentos da agricultura familiar e o mesmo destaca-se como integrante no processo de construção e de implementação do Pronaf e das pautas do movimento sindical em âmbito local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes da criação do Pronaf já haviam movimentos de representantes da agricultura familiar em Panambi que reivindicavam por apoio e reconhecimento do estado para esta categoria social. Nesse município verificou-se um importante papel dos mediadores na construção e na execução do Pronaf, com significativa atuação e presença junto aos agricultores familiares, desde o período em que se buscava uma linha de crédito que fosse capaz de atender as necessidades desse segmento, até o período mais recente. Identificou-se que os principais mediadores do Pronaf em âmbito local foram: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Emater, as instituições financeiras (Sicredi e Banco do Brasil) e a Cotripal.

Entre os mediadores, destaca-se a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais nesse município, desde a criação da política pública, exercendo principalmente um papel propositivo e reivindicatório. No decorrer dos anos esse papel foi se transformando, mas esse mediador segue atuante, buscando fiscalizar a execução da política pública, realizando um papel de orientação e acompanhamento junto aos agricultores familiares.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. Fontes Oraís: histórias dentro da história. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.



CARVALHO, L. V.; ALMEIDA, R. B.; SILVA, J. G. Análise dos financiamentos para a agricultura familiar na região sul e seus estados. **Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 12, ed. es., p. 89-116, fev. 2022.

CONTERATO, M. A.; BRÁZ, C. A. O processo de especialização produtiva dos agricultores familiares da Zona Sul do Rio Grande do Sul através do Pronaf-custeio. **Redes**, v. 24, n. 3, p. 12-34, set./dez. 2019.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual “fortalecimento” da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 1, p. 45-68, jan./mar. 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

GRISA, C. A agricultura familiar nas políticas para a agricultura familiar. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 292-313.

LOPES, I. D. **Políticas públicas e agricultura familiar: um estudo sobre o Pronaf nos municípios de Panambi e Passo Fundo (RS), 1995-2020**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2022.

PICOLOTTO, E. L. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SABOURIN, E. Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 265-291.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (org.). **Construção de mercados e agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 93-140.

ⁱ O Projeto de pesquisa que originou este estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade de Passo Fundo (UPF) e aprovado em 10 de janeiro de 2019, conforme parecer consubstanciado número 3.110.547. Os nomes dos entrevistados foram ocultados, buscando preservar sua identidade. No trabalho eles foram identificados pela letra inicial E, seguida da ordem de realização da entrevista.

ⁱⁱ O entrevistado E1 integra o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Panambi há 36 anos.

ⁱⁱⁱ O entrevistado E1 relatou que acompanhou todas as etapas do Pronaf no município, desde a divulgação dessa política pública, até as mudanças que foram ocorrendo ao longo dos anos.

^{iv} O entrevistado E2 foi extensionista rural da Emater por mais de 35 anos, dos quais grande parte no município de Panambi, onde acompanhou e participou de várias etapas do Pronaf, principalmente nos anos iniciais do Programa. ^v Este entrevistado é funcionário do Sicredi e no ano da entrevista (2020) era o responsável pelos atendimentos do Pronaf no município de Panambi (RS) e integrava a equipe do Sicredi no município de Ijuí (RS).